

A AMÉRICA EM TEMPOS DE PANDEMIA: A desigualdade entre os países no enfrentamento da COVID-19

*Ivanildo Oliveira Barbosa Filho¹
Luanna Cassia dos Santos Melo²*

Resumo

O presente artigo tem como objetivo apresentar uma análise preliminar sobre a situação de desigualdade e violação dos direitos humanos, considerando particularmente o período de vivência da pandemia da Covid-19, no continente americano (incluindo-se aí a América do Norte, a América Central e a América do Sul). Dados oficiais revelam que o continente americano possui uma área total de 42.189.120 km² e é habitado por cerca de 902.892.047 pessoas e nele os idiomas predominantes são espanhol, inglês, português e línguas nativas. A América é constituída por 36 países e 18 territórios dependentes. O presente artigo faz parte da pesquisa Desigualdade e Direitos Humanos, realizada no âmbito do Programa Institucional de Internacionalização – PrInt, do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Ética (GEPE) e utiliza o método materialista histórico-dialético. Os dados foram coletados através da análise de documentos tais quais, Relatório sobre Direitos Humanos no Mundo, da Anistia Internacional - Informe 2020/21; Relatório da Comissão Interamericana de Direitos Humanos com a resolução 1/2020 da pandemia e Direitos Humanos nas Américas e da Data e Our World In Data. As principais conclusões extraídas da pesquisa, até o presente momento, indicam que o continente americano é a região mais desigual do planeta, caracterizada por profundas disparidades sociais e que tais disparidades foram acirradas profundamente com o advento da pandemia, especialmente devido às escolhas políticas que orientaram as ações e descasos dos governos dos respectivos países, no enfrentamento dessa crise sanitária.

Palavras-chave: América, Direitos Humanos, Desigualdade, Pandemia da COVID-19.

Abstract

This article aims to present a preliminary analysis of the situation of inequality and violation of human rights, particularly considering the period of experience of the Covid-19 pandemic in the American continent (including North America, Central America, and South America). Official data reveal that the American continent has a total area of 42,189,120 km² and is habited by about 902,892,047 people and the predominant languages in it are Spanish, English, Portuguese and native languages. America is made up of 36 countries and 18 dependent territories. This article is part of the research Inequality and Human Rights, carried out within the scope of the Institutional Internationalization Program – PrInt, of the Group of Studies and Research on Ethics (GEPE) and uses the historical-dialectical materialist method. Data were collected through the analysis of documents such as, Report on Human Rights in the World, by Amnesty International - Report 2020/21; Report of the Inter-American Commission on Human Rights with resolution 1/2020 on the pandemic and Human Rights in the Americas and Data

¹ Graduando em Serviço Social pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Integrante do Grupo de Estudos e Pesquisa sobre Ética – GEPE, atuando nas linhas de pesquisa: Desigualdade e Direitos Humanos. ORCID - 0000-0001-8242-4410. E-mail: ivanildo.oliveira@ufpe.br

² Graduanda em Serviço Social pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Integrante do Grupo de Estudos e Pesquisa sobre Ética – GEPE, atuando nas linhas de pesquisa: Desigualdade e Direitos Humanos. ORCID - 0000-0002-2959-7096. E-mail: luanna.cassia@ufpe.br

and Our World In Data. The main conclusions drawn from the research, so far, indicate that the American continent is the most unequal region on the planet, characterized by deep social disparities and that such disparities were deeply incited with the advent of the pandemic, especially due to the choices that guided the actions and negligence of the governments of the respective countries in facing this health crisis.

Keywords: America, Human rights, Inequality, Pandemic. COVID-19.

INTRODUÇÃO

Esse artigo tem por objetivo apresentar uma análise preliminar sobre a situação de desigualdade e violação dos direitos humanos, considerando particularmente o período de vivência da pandemia da Covid-19, no continente americano (incluindo-se aí a América do Norte, a América Central e a América do Sul).

O continente americano é considerado a região mais desigual do planeta; é marcado pelos altos índices de violência e violação dos direitos humanos. Segundo a Anistia Internacional - informe 2020/21, essa violência e violação dos direitos humanos ficam mais evidentes entre os indígenas que são diretamente afetados pela pandemia da COVID-19, pois não contam com os mecanismos culturalmente apropriados para proteger seus direitos à saúde e a sua subsistência. Os imigrantes e refugiados continuam a fugir da violência, da pobreza e da desigualdade social. A comunidade LGBTTTQIA+ foi alvo de violência e assassinato em vários países durante a pandemia da COVID-19. As mulheres e meninas, com o confinamento da pandemia, foram vítimas de abusos e violência, inclusive violência doméstica, estupro e feminicídio. Quanto aos negros e negras, destaque-se que, além de ter sido o segmento que mais sofreu com a insegurança alimentar segundo o jornalismo Alma Preta, pois a fome atinge 67,5% das famílias negras no país, foram as maiores vítimas da violência policial que no ano de 2020 matou 6.416 pessoas negras, segundo o Marco Zero Conteúdo. Segundo a Comissão Interamericana de Direitos Humanos - CIDH, neste contexto, a pandemia representa desafios ainda maiores para os Estados das Américas, tanto em termos de políticas e medidas sanitárias, como em capacidade econômica, que permitam adotar medidas de atenção e contenção urgentes e necessárias para proteger efetivamente suas populações, de acordo com o Documento Internacional dos Direitos Humanos.

Um dos motivos do agravamento dos efeitos da COVID-19 nas Américas foi o negacionismo quanto à gravidade da pandemia, que caracterizou a postura dos governos dos países do continente e de grande parte da população. A maioria dos países, inicialmente, não levou a sério as orientações sobre medidas preventivas e curativas repassadas pela Organização Mundial da Saúde – OMS, como o fechamento das fronteiras, lockdown, entre outras. Além disso, a pandemia encontrou terreno fértil para sua disseminação na ausência de infraestrutura em alguns países que impossibilitam à população o acesso a políticas de atendimento a necessidades básicas como água potável, saneamento básico, direito à saúde pública, gratuita e de qualidade.

Com a chegada da vacina, acentuou-se a desigualdade entre países: enquanto os países ricos possuem mais doses do que habitantes, os países pobres do continente ficam sem poder negociar diretamente com as empresas privadas fornecedoras de vacinas: segundo O Globo, eles ficam dependentes de iniciativas da OMS ou da Organização Pan-Americana de Saúde (Opas), que têm recebido quantidades exíguas de doses – conforme explica Paulo Buss, coordenador do Centro de Relações Internacionais em Saúde (Cris/Fiocruz).

1. Dados gerais sobre a América

O continente americano possui uma área de aproximadamente 42.189.120 km². Ele é habitado por cerca de 902.892.047 pessoas, os idiomas predominantes são espanhol, inglês, português e línguas nativas. A América é constituída por 36 países e 18 territórios dependentes. A grande maioria dos países americanos são considerados periféricos ou em desenvolvimento, com exceção dos Estados Unidos e Canadá. A agricultura é uma característica difundida em todos os países e é foco de exportação na América Latina.

A América Latina é apontada como uma das regiões mais desiguais do planeta. Com a pandemia observa-se o aumento dos níveis de pobreza, desemprego e desigualdade social. Segundo o novo relatório da CEPAL (2021) estima-se que o número de pessoas pobres aumentou para 209 milhões no final de 2020, 22 milhões de pessoas a mais do que no ano anterior. Ainda segundo o relatório, a América Latina apresenta piora nos índices de desigualdade na região nas taxas de desigualdade de gênero.

Na América Latina, a grande disparidade está relacionada à cor de pele ou à etnia. Segundo o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (2019) em comparação com os brancos, os negros e indígenas têm mais possibilidades de ser pobres e menos de concluírem a escola ou conseguirem um emprego formal. Essas desigualdades ficam mais evidentes nos

momentos de crise econômica, política e sanitária. Os dados referentes ao Brasil, fornecidos pelo Relatório da Anistia, nos revelam que

67% das pessoas que dependem exclusivamente do Sistema Único de Saúde (SUS), o sistema público de saúde, são negros. A população negra é também a maioria entre pacientes pertencentes ao grupo de risco para a Covid-19 e a maioria entre trabalhadores e trabalhadoras informais e dos serviços essenciais, mais expostos ao vírus e à falta de assistência. Não por acaso, a proporção de mortes por Covid-19 foi maior entre pessoas negras 55% do que entre pessoas brancas (38%). (Covid-19 e direitos humanos no Brasil: caminhos e desafios para uma recuperação justa, 2021, p. 6)

2. O continente americano na luta contra a pandemia da COVID-19

As Américas e o mundo enfrentam atualmente uma emergência sanitária global sem precedentes provocada pela pandemia do vírus que causa a COVID-19. Diante disso, convém investigar quais medidas têm sido adotadas pelos Estados na atenção e contenção do vírus, que, no mais, que deveriam ter como centro de atenção o pleno respeito aos direitos humanos (Comissão Interamericana de Direitos Humanos, 2020, p. 3). Diante desse contexto pandêmico, ficou mais evidente a desigualdade nas Américas no combate à pandemia. Alguns países apresentam falta de infraestrutura para evitar a proliferação do vírus, seguindo as recomendações da Organização Mundial da Saúde (OMS) que prescrevem medidas sanitárias e itens de necessidade básica como água potável para lavar as mãos, uso de máscara e distanciamento social. Segundo a Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) acima citada:

As Américas são a região mais desigual do planeta, caracterizada por profundas disparidades sociais em que a pobreza e a pobreza extrema constituem um problema transversal a todos os Estados da região, bem como pela falta ou precariedade no acesso à água potável e saneamento, insegurança alimentar, situações de contaminação ambiental e falta de moradia ou de habitat adequado. A isso somam-se altas taxas de informalidade do trabalho e renda precária que afetam grande número de pessoas na região e tornam ainda mais preocupante o impacto socioeconômico da COVID-19. Tudo isso dificulta ou impede que milhões de pessoas tomem medidas básicas de prevenção contra a doença, em particular quando afeta grupos em situação de especial vulnerabilidade (Comissão Interamericana de Direitos Humanos, 2020, p. 3)

Com o avanço da pandemia do coronavírus, agravaram-se as expressões da “questão social” como a pobreza absoluta e pobreza extrema³, a fome, desemprego, além do aumento acentuado da violência contra as mulheres, violência doméstica, violência contra negros e

³ Classificando a pobreza absoluta e pobreza relativa, para Arcoverde e Santos (2011) as abordagens que consideram as desigualdades sociais como causas da pobreza, aproximam as discussões da temática à pobreza relativa, enquanto as explicações que consideram o atendimento das necessidades biológicas referem-se à pobreza absoluta.

negras, LGBTTQIA+, povos indígenas e imigrantes. Como bem explica Netto (2004), a “questão social” é constitutiva do desenvolvimento do capitalismo. Assim sendo, o modo de produção capitalista intensifica as relações da desigualdade social, da pobreza, do desemprego e de diversas outras expressões da “questão social” mesma.

Diante desse quadro marcado grandemente por desigualdades aberrantes, os chefes de Estado precisariam assumir o papel fundamental no enfrentamento de situações de emergência em saúde pública, visando a não propagação do vírus. Dentro outras providências, os chefes de Estado deveriam instituir nos seus países medidas de fechamento de fronteiras, organizar a coordenação nacional de combate à pandemia, restringir a circulação de pessoas, com dispositivos do tipo lockdown quando necessário, fornecer auxílio e condições de sobrevivência para os membros mais vulneráveis da classe trabalhadora. Eles deveriam também mobilizar comissões científicas para o enfrentamento e estudos da pandemia. Tudo isso, certamente, teria um impacto positivo na intenção de evitar a propagação do coronavírus desde os primeiros dias da sua entrada em cada país.

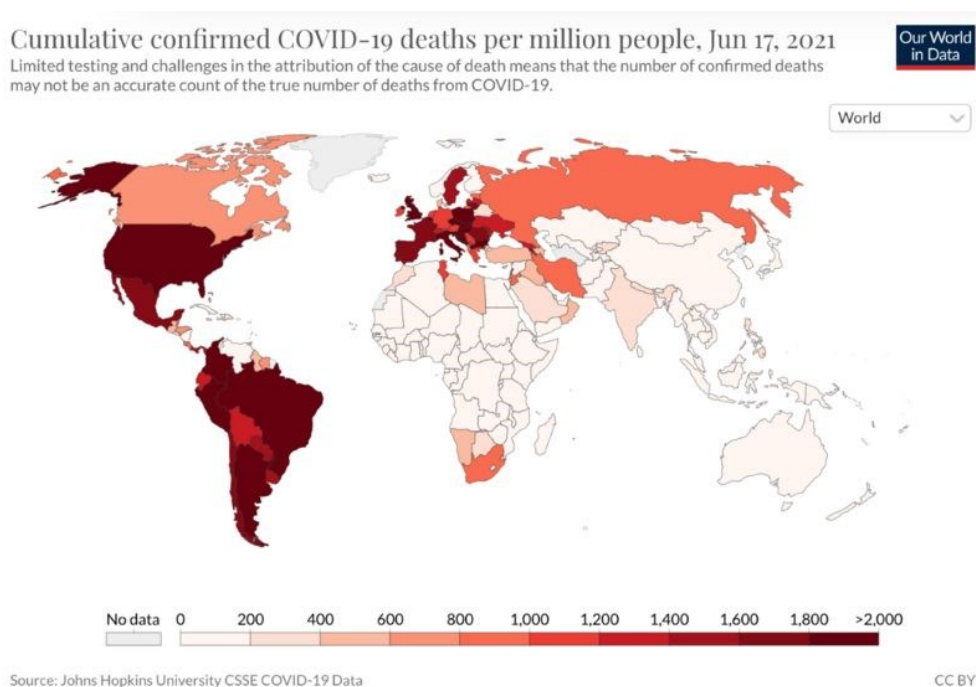
Segundo Menezes, Soares e Camargo, nos países da América, os Estados Unidos adotaram, inicialmente, uma postura de negacionismo diante da gravidade da pandemia, com ausência de restrição nacional de circulação e fechamento parcial das fronteiras. No México, ocorreu também o negacionismo no início da pandemia, restrição nacional de circulação tardia e fechamento parcial de fronteiras. Em Cuba, ocorreu mobilização do potencial técnico, científico e de recursos humanos do sistema nacional de saúde. Na Argentina, se criou uma coordenação nacional de enfrentamento da pandemia, restrição nacional de circulação e fechamento de fronteiras. No Brasil, obteve-se o negacionismo da gravidade da pandemia, ausência de restrição nacional de circulação e fechamento parcial das fronteiras. No Paraguai, criou-se a coordenação nacional de enfrentamento da pandemia, restrição nacional de circulação, fechamento de fronteiras e no Peru também foi criada a coordenação nacional de enfrentamento da pandemia, restrição nacional de circulação e fechamento de fronteiras.

Frente à crise do capital, à hipertrofia do capital financeiro e à ofensiva ultraconservadora e ultraneoliberal, as classes dominantes - nacional e internacionalmente - promoveram as condições materiais e subjetivas para a passivação das classes subalternas aos seus interesses materiais e políticos (MOTA; RODRIGUES, 2020, p. 204). Em grande parte dos países da América, os chefes de Estado aliados à burguesia utilizaram do negacionismo com o discurso de salvar a economia, evitando medidas sanitárias recomendadas pela OMS, fato que promoveu o aumento de casos e consequentemente o aumento de mortes. As respostas

governamentais à crise tiveram um forte impacto sobre os direitos humanos, com consequências muitas vezes devastadoras para grande número de pessoas (Anistia Internacional - informe 2020/21, p. 26), tendo em vista que os maiores números de casos e mortes no mundo são identificados entre os países do continente americano. Segundo os dados da ECDC (Our World in Data), coletados do dia 04 de dezembro de 2021, quem lidera o ranking mundial são os Estados Unidos com 49.051.140 casos confirmados e 788.202 mortes. No Brasil, estão registrados 22.138.247 casos confirmados e 615.570 mortes.

O mapa que apresentamos abaixo revela como as mortes por covid-19 se distribuem de acordo com os continentes. Quanto mais forte a cor, pior a situação.

Mapa 1 – Distribuição do número de mortes por covid-19 no mundo



Fonte: OUR WORLD IN DATA/DIVULGAÇÃO

Nesse cenário, observa-se que o continente americano, em comparação ao resto do mundo, obteve mais mortes pela COVID-19. Mensagens de saúde confusas, falta de transparência e medidas de proteção inadequadas para as comunidades marginalizadas agravaram o já debilitado e desigual acesso aos serviços de saúde, com resultados devastadores. A região, que abriga apenas 13% da população mundial, registrou 49% de todas as mortes por COVID-19 no mundo (Anistia Internacional - informe 2020/21, p. 26).

Com a chegada da vacina acentuou-se a desigualdade nas Américas. Enquanto 39 milhões de doses de vacinas contra a COVID-19 são divididas entre 49 países desenvolvidos, um país pobre recebe apenas 25 doses. Essa comparação foi feita pelo chefe da OMS, Tendros

Adhamon, para demonstrar a desigualdade no acesso ao imunizante no mundo. Segundo o Jornal Brasil de Fato, o Canadá, por exemplo, possui o equivalente a cinco doses para cada um de seus cidadãos. Por outro lado, o mesmo estudo aponta que somente uma a cada dez pessoas dos países pobres conseguiram receber o imunizante até o fim de 2021. Isso pode ser verificado na tabela abaixo:

Tabela 1 - Relação de habitantes, casos de COVID-19, mortes por COVID-19, total de doses e parcela de pessoas totalmente vacinadas contra COVID-19 nos países do continente americano

Países	Habitantes	Casos de COVID-19	Mortes por COVID-19	Total de doses	Pessoas vacinadas contra COVID-19
Estados Unidos	331.002.651	49 milhões	788 mil	470.297.846	59.47%
Brasil	212.559.417	22,1 milhões	615 mil	314.612.221	63.98%
México	128.932.753	3,9 milhões	295 mi	137.370.326	50.22%
Colômbia	50.882.891	5,08 milhões	129 mil	58.590.490	49.10%
Argentina	45.195.774	5,34 milhões	117 mil	69.891.521	66.36%
Canadá	37.742.154	1,81 milhões	29.819 mil	62.032.800	76.44%
Peru	32.971.854	2,24 milhões	201 mil	26.314.390	55.69%
Venezuela	28.435.940	435 mil	5.193	42.111.301	34.34%
Chile	19.116.201	1,77 milhões	38.531	41.532.402	84.43%

Guatemala	17.915.568	620 mil	15.986	10.266.743	22.88%
Ecuador	17.673.054	527 mil	33.250	25.309.620	64.30%
Bolívia	11.673.021	543 mil	19.222	8.691.198	35.41%
Haiti	11.402.528	25.510	747	184.769	0.58%
Cuba	11.326.616	963 mil	8.309	28.843.614	82.00%
República Dominicana	10.847.910	409 mil	4.212	13.851.362	51.31%
Honduras	9.904.607	378 mil	10.412	7.960.942	36.00%
Paraguai	7.132.538	463 mil	16.476	6.216.388	37.45%
Nicarágua	6.624.554	17.254	213	6.376.188	34.65%
El Salvador	6.486.205	120 mil	3.783	9.241.093	62.61%
Costa Rica	5.094.118	567 mil	7.312	7.137.983	62.56%
Panamá	4.314.767	479 mil	7.374	5.650.424	55.63%
Uruguai	3.473.730	401 mil	6.134	6.825.827	76.33%
Jamaica	2.961.167	91.469	2.410	1.135.059	17.59%
Trindade e Tobago	1.399.488	75.134	2.262	1.297.311	46.20%
Guiana	786.552	38.160	1.006	682.779	35.51%
Suriname	586.632	51.009	1.171	479.697	37.38%

Belize	397.628	30.680	579	412.002	48.22%
Bahamas	393.244	22.825	695	280.176	34.84%
Barbados	287.375	26.095	238	291.829	48.00%
Santa Lúcia	183.627	13.034	282	102.072	25.63%
Granada	112.523	5.908	200	75.154	30.61%
São Vicente e Granadinas	110.940	5.623	76	55.760	21.02%
Antígua e Barbuda	97.929	4.147	117	117.637	56.94%
Dominica	71.986	6.120	39	55.760	37.21%
São Cristóvão e Neves	53.199	2.790	28	52.924	46.68%

Os dados são fornecidos pelas Nações Unidas, Wikipédia, The New York Times, JHU CSSE COVID-19 Data e Our World In Data.

Observando a tabela, nota-se que o Chile tem o dobro de vacinas comparado a sua população, com isso, já conseguiu vacinar 84.43% da sua população. Já o Haiti possui apenas 184.769 doses para o total de habitantes que são de 11.402.528, até o momento só conseguiu vacinar 0.58% da sua população. Isso demonstra a desigualdade presente no continente americano, que, para além da desigualdade econômica nas compras de vacinas, possui desigualdade no sistema de saúde. Isso se dá através do desenvolvimento desigual e combinado, segundo a teoria do marxista León Trotsky que compreende a ocorrência simultânea de aspectos avançados e atrasados no processo de desenvolvi

mento econômico dos países. Segundo o Jornal Brasil de Fato, precisamos travar a batalha das ideias e denunciar este modelo de mercantilização e concentração privada das vacinas, apontando as alternativas concretas que estão sendo desenvolvidas, em especial pelos governos

socialistas, para enfrentar os problemas da pandemia e seus desdobramentos futuros. Nisso destaca-se o papel central que deve cumprir os meios de comunicação e a cultura, como ferramentas de disputa ideológica e politização da sociedade. Ao mesmo tempo, tem-se que somar esforços nas iniciativas dos governos comprometidos com a vacinação como direito humanitário e nas árduas lutas institucionais a serem travadas nos organismos multilaterais, em especial na ONU, na OMS e na OMC.

3. Brasil: do negacionismo científico a vidas perdidas

O avanço da pandemia do coronavírus no Brasil expõe e aumenta ainda mais as desigualdades sociais presentes no país. O crescimento econômico vem se mostrando de forma desigual a partir do aumento do acúmulo das riquezas de uma minoria, em detrimento do aumento da miséria de grande parte da população. Isso se dá a partir da construção de uma política que não prioriza a redução da desigualdade social. O primeiro caso de coronavírus no Brasil expõe de forma clara essa desigualdade, sendo a primeira vítima uma idosa de 63 anos, trabalhadora doméstica, que testa positivo a partir do contato com sua empregadora que recentemente teria viajado para a Itália. Inicialmente foram poucas as medidas tomadas pelo governo federal em relação à doença que chegou a matar mais de meio milhão de brasileiros. Segundo o relatório COVID-19 da Anistia Internacional

A crise global provocada pela pandemia da Covid-19 escancarou, aprofundou e agravou as desigualdades sociais, raciais e de gênero pré-existent, especialmente nos países mais pobres do mundo. Os impactos dessas desigualdades são sentidos de maneira desproporcional entre os diferentes grupos populacionais, já que atingem de forma mais forte certos grupos discriminados. (Covid-19 e direitos humanos no Brasil: caminhos e desafios para uma recuperação justa, 2021, p.12).

O descaso com medidas de combate à pandemia e com a compra de vacinas provocaram milhares de mortes e isso se deu também pelas políticas negacionistas adotadas pelo governo brasileiro. Diversas notícias falsas foram compartilhadas pelo presidente Bolsonaro e por diversos outras lideranças políticas. O negacionismo não nega apenas políticas de combate à pandemia, mas também nega a realidade que trouxe danos irreparáveis a diversos brasileiros. A recusa na adoção de medidas de segurança e na gravidade da doença não impediram as milhares de mortes decorrentes da doença. O apoio de condutas inadequadas para o combate ao vírus como os chamados “tratamentos precoces” revelam as violações de Direitos Humanos realizadas por autoridades brasileiras. Os mais pobres são os mais afetados com o descaso nas medidas de combate. Com a evolução no número de casos de Covid-19 os pobres morriam na

linha de frente, assim como os trabalhadores informais e trabalhadores que não puderam deixar de trabalhar.

É também nesse contexto de crise sanitária, econômica e política que o Brasil, sendo um dos países que mais exporta alimentos no mundo, lida com o aumento da fome no país que atinge de forma mais forte as famílias negras. Segundo dados disponibilizados pelo relatório da Anistia Internacional,

As desigualdades de gênero e raça influenciaram o quadro: 11% dos lares chefiados por mulheres e 10% das mulheres negras viviam com a incerteza de terem comida no prato para alimentar a família. E ainda, as desigualdades regionais e territoriais persistiam no desenho do mapa da fome: concentrava-se nas regiões Norte e Nordeste e nas favelas e periferias urbanas e rurais de todo o país. O problema da fome persiste em 2021, e continuará persistindo enquanto políticas públicas contundentes e efetivas não forem adotadas pelo Estado brasileiro. (Covid-19 e direitos humanos no Brasil: caminhos e desafios para uma recuperação justa, 2021, p.13)

A atual gestão do governo brasileiro, liderado por Jair Bolsonaro, tem um caráter liberal fascista e suas ações de ataque ao Sistema Único de Saúde estão causando danos irreversíveis na vida dos brasileiros. Em 2016, já no governo Temer, houve a aprovação de uma emenda constitucional que provocava o congelamento por 20 anos do orçamento destinado à saúde no país. Com a chegada da pandemia essa estimativa de custo se mostrou insuficiente para tratar as questões adicionais trazidas pela Covid-19.

O acesso à saúde é garantido à população na Constituição de 1988, ainda assim a desigualdade no acesso à saúde ainda é uma questão presente na realidade brasileira. Com a chegada da pandemia da Covid-19, observa-se o agravamento desse problema. Segundo um estudo realizado pela Anistia Internacional, em parceria com órgãos da coalizão da sociedade civil,

(...) entre março de 2020 a março de 2021 houve 305 mil mortes em excesso ocasionadas pela Covid-19. Estimativas apresentadas neste estudo atestaram que, entre estas, cerca de 120 mil vidas poderiam ter sido poupadas no primeiro ano da pandemia, mesmo antes da disponibilidade de vacinas, caso medidas não-farmacológicas de prevenção baseadas nos consensos científicos tivessem sido implementadas. O mesmo estudo demonstrou que negros, pobres e usuários do sistema público de saúde foram os que apresentaram as mais altas taxas de mortalidade, explicitando ao mesmo tempo o impacto das desigualdades raciais e sociais na proteção e prevenção à saúde, no acesso e qualidade do atendimento aos casos de Covid-19 nestes grupos. Outros fatores também concorreram para impactar a capacidade e qualidade da gestão da crise sanitária, como o financiamento insuficiente da saúde pública, as decisões de gestão contrárias às boas práticas e a propagação de métodos e informações sem apoio em evidências científicas ou nas recomendações da OMS. (Covid-19 e direitos humanos no Brasil: caminhos e desafios para uma recuperação justa, 2021, p. 19)

Esse descaso com a gestão da saúde no país provocou diversos colapsos em hospitais brasileiros. A insuficiência de leitos, a falta de EPIs e de oxigênio para pacientes de Covid-19 na cidade de Manaus são exemplos do abandono sofrido pelos brasileiros a partir da inexistência de uma gestão que tivesse condutas de combate à pandemia e que respeitasse as medidas indicadas pela Organização Mundial da Saúde. Segundo a Anistia Internacional,

Em janeiro de 2021, a falta de oxigênio nos hospitais de Manaus promoveu um cenário de calamidade gerando caos e exaustão entre a população e profissionais de saúde. Segundo a CPI do Senado Federal, o Ministério da Saúde, apesar de alertado previamente, negligenciou as medidas capazes de evitar o desabastecimento de oxigênio medicinal e medicamentos necessários de suporte que permitiriam que pacientes mais graves pudessem receber assistência ventilatória de forma adequada, submetendo doentes e profissionais a situações de estresse e sofrimento que poderiam ter sido evitadas. (Covid-19 e direitos humanos no Brasil: caminhos e desafios para uma recuperação justa, 2021, p. 21)

Historicamente o Brasil é marcado por um processo de negação de direitos onde se percebe que a desigualdade social no país atinge massivamente a população racializada, que está localizada abaixo dos índices de pobreza e também reside em domicílios com piores condições de moradia e com menos acesso a bens e serviços. Portanto, no momento atual, com a pandemia, essas questões têm se acentuado e demonstrado seus rebatimentos. O pleno exercício dos Direitos Humanos é de suma importância em momentos de calamidade como o atual que acumulou milhares de mortes no mundo. É dever do Estado brasileiro e seus representantes garantirem os direitos e enfrentarem as desigualdades sociais acentuadas pela pandemia da Covid-19.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante da breve reflexão desenvolvida em torno da pesquisa sobre Desigualdade e Direitos Humanos do Grupo de Estudo e Pesquisa sobre Ética (GEPE), que teve como objetivo discorrer sobre as desigualdades do continente americano, além da desigualdade e enfrentamento da pandemia da COVID-19 nas Américas, consideramos que o artigo apresentou algumas violações dos Direitos Humanos, em especial aos indígenas, negros e negras, imigrantes, mulheres, população LGBTQIA+ além das desigualdades de infraestrutura como falta de saneamento básico, água potável, falta de sistema de saúde público, gratuito e de qualidade, entre outros recursos essenciais para o enfrentamento da COVID-19. Diante do mapa exposto, foi notório perceber o elevado índice de mortes pelo coronavírus, em comparação aos outros continentes. Através da tabela que revela a dados sobre a distribuição das vacinas nos países da América procuramos demonstrar que alguns países possuem número de doses maior

que sua população e já estão avançando para sua quarta dose, ao passo que, outros países que enfrentam a pobreza e a extrema pobreza ficam dependentes de iniciativas da OMS ou da Organização Pan-Americana de Saúde para a deliberação de doses para vacinar sua população.

Nessa perspectiva, torna-se um grande desafio a superação das desigualdades nas Américas. Além das violações dos Direitos Humanos, a questão da qualidade ao acesso à saúde, habitação, saneamento básico, ao trabalho entre outros, continua precário e o percurso para sua superação continua longo.

REFERÊNCIAS

ANISTIA INTERNACIONAL. Covid-19 e Direitos Humanos no Brasil: caminhos e desafios para uma recuperação justa. Londres, [s.n], 2021. Disponível em: <<https://anistia.org.br/informe/novo-relatorio-covid-19-e-direitos-humanos-no-brasil-caminhos-e-desafios-para-uma-recuperacao-justa/>>

ARCOVERDE, A.C.B; SANTOS, Giselli. C. (2011) Pobreza: Conceitos. Mensuração e enfrentamento no Brasil. In: **Anais da V Jornada Internacional de Políticas Públicas**, São Luís/MA, UFMA.

CAMARGO, Roberta. 'Há uma ligação direta entre insegurança alimentar e racismo no Brasil', diz nutricionista. **Alma Preta**, 17 de mai. 2021. Disponível em: <<https://almapreta.com/sessao/cotidiano/ha-uma-ligacao-direta-entre-inseguranca-alimentar-e-racismo-no-brasil-diz-nutricionista>>. Acesso em: 19/12/2021.

GRAGNANI, Juliana. Por que o coronavírus mata mais as pessoas negras e pobres no Brasil e no mundo. **BBC News Brasil**, 2020. Disponível em:<<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-53338421>> Acesso em: 12/12/2021

LISSARDY, Gerardo. Por que a América Latina é a 'região mais desigual do planeta'. **BBC News Mundo**, 2020. Disponível em:<<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-51406474>> Acesso em: 13/12/2021

MENEZES. Ricardo Fernandes de; SOARES, Adilson; CAMARGO, Iara Alves de. Panorama internacional sobre o enfrentamento à pandemia de covid-19 no ano de 2020. **Humanidades e Inovação**. p. 55 - 70. Disponível em: <<https://revista.unitins.br/index.php/humanidadeseinovacao/article/download/5342/2610>>. Acesso em 07 dez. 2021.

MOTA. Ana Elizabete; RODRIGUES, Mavi Pacheco. Legado do Congresso da Virada em tempos de conservadorismo reacionário. **Katálisis**, v. 23, n. 2, p. 199-212. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/katalysis/article/view/1982-02592020v23n2p199/43246>>. Acesso em 05 dez. 2021.

MARTINS, Elisa; ROSÁRIO, Mariana. Desigualdade marca combate à Covid na América Latina e complica avanço eficaz da vacinação. **O Globo**, 05 dez. 2021. Disponível em:

<<https://oglobo.globo.com/mundo/desigualdade-marca-combate-covid-na-america-latina-complica-avanco-eficaz-da-vacinacao-25306611>>. Acesso em 19/12/2021.

NETTO, José Paulo. (2004). Cinco notas a propósito da questão social. p.41-50. In: **Revista Temporalis 03**, Brasília: ABEPSS, Gráfica Odisséia.

Pandemia provoca aumento nos níveis de pobreza sem precedentes nas últimas décadas e tem um forte impacto na desigualdade e no emprego. **Cepal**, 2021. Disponível em: <<https://www.cepal.org/pt-br/comunicados/pandemia-provoca-aumento-niveis-pobreza-sem-precedentes-ultimas-decadas-tem-forte>>. Acesso em: 18 dez. 2021.

SANTOS, Maria Carolina. Polícia pernambucana matou 113 pessoas em 2020 e todas as vítimas no Recife eram negras. **Marco Zero**, 13 dez. 2021. Disponível em: <<https://marcozero.org/policia-pernambucana-matou-113-pessoas-em-2020-e-todas-as-vitimas-no-recife-eram-negras/>>. Acesso em 19 dez. 2021.